

## **Brasil e Palestina no governo Lula em 2023<sup>1</sup>**

**Ahmad Sad Alzoubi<sup>2</sup>**

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

### **Resumo**

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o Brasil as consequências das eleições de 2022 para a Palestina, com a vitória do primeiro brasileiro eleito três vezes para exercer a Presidência da República na História, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do partido dos Trabalhadores. Toma-se por base que o Brasil ocupa uma posição política de destaque por estar à frente dos demais países da América do Sul, no que diz respeito a olhar para o Oriente Médio e estar atento ao que está acontecendo lá, especificamente à causa palestina. A metodologia utilizada tem respaldo com a revisão de literatura, baseada nas teorias de Abd al-Hay (2020), quanto à política externa brasileira em relação à Palestina, assumindo que o Brasil é um país gigante e possui uma posição política forte e influente. Entre as conclusões deste artigo, ressalta-se que o governo do novo presidente Lula pretende estar mais na defesa dos direitos do povo palestino do que o governo anterior, e a justiça social para os povos estará na agenda do presidente e de seu governo.

**Palavras-chave:** Brasil. Palestina. Comunicação. Jornalismo. Oriente médio.

### **Abstract**

This article aims to reflect on Brazil the consequences of the 2022 elections for Palestine, with the victory of the first Brazilian elected three times to exercise the Presidency of the Republic in History, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), from the Workers' Party. Based on the fact that Brazil occupies a prominent political position for being ahead of the other countries in South America, with regard to looking at the Middle East and being aware of what is happening there, specifically the Palestinian cause. The methodology used is supported by the literature review, based on the theories of Abd al-Hay (2020), regarding Brazilian foreign policy in relation to Palestine, assuming that Brazil is a giant country and has a strong and influential political position. Among the conclusions of this article, it should be noted that the government of the new president Lula intends to be more in defense of the rights of the Palestinian people than the previous government, and social justice for the peoples will be on the agenda of the president and his government.

**Keywords:** Brazil. Palestine. Communication. Journalism. Middle East.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação e Religiões (GP06) do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Jornalista e diretor do MEMO Brasil (Monitor do Oriente Médio), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), e membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Mídia Interventivos (HumanizaCom). É bolsista da CAPES, e mail: [ahmad.alzoubi@monitordooriente.com](mailto:ahmad.alzoubi@monitordooriente.com)

## **Introdução**

O Brasil é um dos países emergentes do BRICS – agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, e possui três coisas importantes: seu idioma, suas moedas circulantes e sua posição política. Ajudado por sua grande população, que é de aproximadamente 250 milhões de pessoas, e sua enorme e extensa área geográfica que supera a maioria dos países do mundo em área, que equivale a 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e o tamanho de sua imensa economia, que é considerada uma das dez maiores do mundo nas indústrias de carnes, café e metalurgia.

Os Estados Unidos da América sempre buscaram enfraquecer seus vizinhos, e todos os países latino-americanos foram chamados de jardim sucessor dos Estados Unidos da América. O Brasil, certamente, estava no topo das atenções dos Estados Unidos da América pelos motivos acima mencionados, sendo a capital dos países da América do Sul. A dimensão da difamação e conspiração contra o Brasil foi grande, e o interesse por sua posição política, que deve ser considerada pelos Estados Unidos da América, está em linha com sua visão e método de obediência a um conjunto de arquivos sensíveis e questões internacionais, além da qual a mais importante delas é a causa palestina.

O Brasil, em geral, ou teria apoiado a causa palestina no âmbito internacional e nas decisões de direitos humanos, ou nos casos mais fracos teria assumido uma posição de neutralidade. Desde o início do novo milênio e da ascensão da estrela do presidente Lula da Silva, cuja posição prática e inédita foi muito avançada em favor da causa palestina, política e popularmente, foi acompanhado pela ascensão do Brasil economicamente e sua influência em seu entorno de forma inédita, e os tremendos fatores de desenvolvimento local que fizeram o Brasil recentemente.

Neste artigo, a partir de uma revisão de literatura, buscamos compreender a posição do Brasil que apoiou a causa palestina e como isso afetou o cenário político interno brasileiro, que coincidiu com outras questões sensíveis no Brasil e na Palestina em particular. Esta reflexão se dá no cenário construído a partir das eleições de 2022 no Brasil, com a vitória do primeiro brasileiro eleito três vezes para exercer a Presidência da República na História, Luís Inácio Lula da Silva, do partido dos Trabalhadores.

## 1.1 Metodologia

Para que uma pesquisa tenha teor acadêmico, é necessário estabelecer uma metodologia que possa responder à pergunta problema levantada pelo pesquisador. Nesse ponto, entende-se que a formulação de um problema de pesquisa só se torna relevante quando o pesquisador, após uma análise crítica do estágio atual da produção científica de sua temática, consegue identificar lacunas, consensos e controvérsias sobre o tema e inserir o seu objeto de pesquisa num caminho ainda não percorrido por outros pesquisadores.

Para a pesquisadora Martins (2018):

A revisão de literatura refere-se à fundamentação teórica que você irá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada você irá traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. Para elaborar uma revisão de literatura é recomendável que você adote a metodologia de pesquisa bibliográfica. Pesquisa Bibliográfica é aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos e literatura cinzenta (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.).

Nesse sentido, a revisão da literatura pode ser muito útil, uma vez que aplicada com eficácia e seguindo critérios rigorosos de análise e investigação.

Para este artigo, após leitura, decidiu-se quais estudos devem ser incluídos e quais devem ser excluídos, não sem antes fazer um registro do porquê tais estudos serão incluídos e outros excluídos. Nesse ponto, a inclusão e a exclusão dependem em grande parte do tipo de revisão, cujo objetivo é gerar ou explorar teorias, os conceitos vão surgindo ao longo da análise. Nesse base, deu-se início à leitura analítica dos títulos e resumos dos estudos relacionados ao tema, a exemplo dos textos de Abdel Hai, intitulado *Relações de Israel com a América Latina* (2021), Masalha, e seu trabalho sobre a *Expulsão dos palestinos, a expulsão dos palestinos – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista* (1882-1948), 2021, Renatho *et al.*, com a pesquisa *Sem caminhos para Gaza* (2021), Bárbara Telles, em sua dissertação de mestrado *La tierra palestina es más cara que el oro: narrativas palestinas em disputa*, além de instituições governamentais, a exemplo da ONU.

Acrescenta-se que para os pesquisadores Mazzoti e Gewandsznajder (2000, p. 181), “caso não haja revisões disponíveis sobre o tema, é recomendável começar pelos artigos mais recentes e, a partir daí, ir identificando outros citados nas respectivas bibliografias”. Nesta pesquisa, foram lidos alguns artigos que falam sobre as relações Brasil-Palestina.

Com base em estudos e pesquisas, importa ressaltar que existe certo consenso na academia sobre a falta de comprometimento da diplomacia brasileira com o Oriente Médio (SANTOS, 2014). Como resultado, as produções sobre as relações do Brasil com a região são extremamente escassas e se restringem, em sua maioria, a artigos. Mas, apesar da dificuldade, buscamos produzir uma análise prática que esclareça os mecanismos da relação. Com base nisso, fazer recomendações muito importantes para o investigador e para os leitores no interesse acadêmico e político, e caso existam lacunas, é importante que o investigador recomende a realização de mais investigações e preocupações sobre a natureza deste título e a relação entre estas entidades.

## **1.2 Relações de Israel com a América Latina: breve balanço**

Desde 1947, quando a questão palestina passou a ser tratada como um assunto de relevância internacional, a diplomacia brasileira, de maneira geral, não entendeu tal problema como um interesse imediato de política externa (PONTES, 2020). Esta estava subordinada principalmente aos interesses nacionais do desenvolvimento, os quais não encontraram nos conflitos médio-orientais motivos que os aproximassem da região. Por esse motivo, é comum que o envolvimento brasileiro com a questão palestina seja estudado e analisado a partir das esferas deliberativas da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo no Conselho de Segurança (CSNU) (PONTES, 2020).

Israel sempre buscou ter alcance político na América Latina e se preocupou em ampliar relações para conquistar apoio de seus países em fóruns internacionais, especialmente a votação nas Nações Unidas ou no Conselho de Segurança, além da representação política e diplomática, por meio da abertura de embaixadas e escritórios de Israel nesses países (ALZOUB, 2021).

O continente que se divide em América Central, América do Sul e Caribe e constitui mais de 8% do PIB global conta com um membro no BRICS, o Brasil, considerado um dos países mais desenvolvidos economicamente da região.

O início da relação se deu quando 13 países latino-americanos votaram a favor da resolução de partição entre 20 países da época, com seis abstenções e o voto contrário de Cuba.

Depois da guerra de 1967, 20 países latino-americanos submeteram às Nações Unidas um projeto para a retirada de Israel das terras ocupadas nos confrontos e o fim do estado de guerra, em respeito à coexistência e à paz, mas Israel rejeitou a proposta categoricamente. A devolução só ocorreria com a Resolução 242 da ONU.

A América Latina esteve distante de conflitos globais como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, as disputas entre Rússia e China ou entre China e América, e também longe da questão nuclear iraniana, porém, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi um dos primeiros produtores de alimentos para os exércitos dos grandes países envolvidos. A posição latino-americana mudou, tendendo em grande parte a favor da causa palestina depois que a região foi afetada pelo Movimento dos Não-Alinhados, com o surgimento de 15 países das ilhas caribenhas, além de Peru, Chile, Argentina, Nicarágua e Cuba.

Israel tentou repetidamente entrar na América Latina através do Brasil ou Argentina, mas não obteve o sucesso pretendido. Já com a ajuda dos Estados Unidos conseguiu em grande medida estender sua influência sobre a América Central, como El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. A corrente evangélica extremista cresceu nesses países carregando seu alinhamento com Israel em todas as suas visões.

A ascensão do atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, constituiu um impulso político e moral para Netanyahu pessoalmente e para Israel em geral. O primeiro-ministro israelense fez quatro visitas oficiais ao Brasil, México e Argentina de 2017 até 2020.

Acrescente a essa aproximação o fato de que a comunidade judaica na América Latina, em cerca de 450 a 500 mil pessoas no conjunto, tem papel ativo no fortalecimento das relações com Israel, contando com investimentos e empresas na região e o apoio financeiro, político e de segurança de Israel.

Os árabes também são em grande número bem-sucedidos, com personalidades conhecidas e influentes, como o ex-presidente brasileiro Michel Temer e o atual

presidente de El Salvador, Nayib Bukele, e muitos outros generais do exército, ministros, comerciantes, donos de negócios e patrimônio.

Segundo artigo do Mohsen Mohamed Saleh, no Alzaytouna, “[...] algumas estimativas indicam que existem cerca de 600 milionários de origem palestina no Brasil e no Chile”. Mas as comunidades árabes e a comunidade palestina, em particular, são mais desarticuladas entre si e com os países árabes, representando menor força política conjunta.

Isso não quer dizer que os árabes da América Latina tenham pouca expressão. Eles são fortes e influentes nas sociedades latino-americanas, mas a falta de articulação em torno da causa palestina, especialmente, não afeta tomadores de decisão como poderia. Falta um projeto palestino-palestino ou árabe-palestino que envolva essas comunidades.

A força de Israel na região latino-americana resulta dos grupos de pressão judaicos, do aumento da porcentagem de evangélicos pró-Israel e dos extremistas de direita e da ausência de um projeto comum árabe-palestino.

Por outro lado, na América Latina, aumentaram os movimentos de esquerda e estudantil, sindicatos gerais e organizações que defendem a Palestina nos fóruns internacionais e apoiam a decisão de estabelecer um Estado palestino nas fronteiras de 1967. As últimas décadas testemunharam avanços pró-Palestina nas posições dos ex-presidentes do Brasil, Lula da Silva e Dilma Rousseff; do Paraguai, Fernando Lugo; do Equador, Rafael Correa; da Colômbia, Ernesto Samper; do Uruguai, Pepe Mujica; e de figuras como o escritor Milton Hatoum, o cartunista Carlos Latuff, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, e o líder estudantil Edmilson Costa. Essas lideranças assumiram uma posição valiosa quando exigiram, em julho de 2020, a imposição de sanções a Israel devido ao apartheid, e o plano de anexar as terras da Cisjordânia como parte do malfadado Acordo do Século, anunciado por Donald Trump.

Matéria publicada na Revista *Exame*, intitulada “*Acordo do Século*” de Trump para o Oriente Médio será finalmente revelado, explica que a proposta prega acordo de paz entre árabes e israelenses, mas tem o desafio de ser aceita pelo lado palestino, e que este Acordo do Século será finalmente revelado.

Poucos dias antes de entrar na Casa Branca, há três anos, Donald Trump incumbiu o genro, Jared Kushner, de uma tarefa talvez

inédita entre pessoas com esse parentesco: estabelecer a paz no Oriente Médio, com um acordo entre árabes e israelenses. A expectativa era retomar o diálogo entre os dois lados, que estavam paralisados desde 2014, e dar fim ao conflito (ACORDO..., 2020).

Depois desta notícia, Jared Kushner passou a ser alvo de críticas pela falta de equilíbrio do plano, que não contou com a participação de representantes palestinos, nem mesmo na apresentação oficial. O genro de Trump defendeu a proposta e afirmou que ela é inovadora, rejeitando comentários sobre sua falta de capacidade para liderar o processo. Os palestinos não aceitaram a proposta e reagiram ao plano de Donald Trump com protestos (APÓS..., 2020).

Figura 1 - Estudantes palestinos participam de um protesto contra o plano de paz de Donald Trump para o Oriente Médio no sul da Faixa de Gaza



Fonte: O Globo (2020)

A posição do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro estava completamente alinhada com a posição do governo americano, a ponto de ele ter mudado, sem pensar nas consequências, a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, o que despertou a ira de membros de seu governo e do ministro da Agricultura sobre o volume de trocas comerciais entre o Brasil e os árabes em termos de carne, café e forragens, tanto que Bolsonaro sacrificou todos esses acordos, e sua transferência para a embaixada foi uma aventura perdida, que exigiu sua retratação àquela transferência.

Hoje estamos diante de um governo que pode ser mais realista, como mostra sua gestão de arquivos, no que diz respeito à tomada de decisões que tenham impacto na dimensão internacional e regional, especificamente na questão palestina.

Pode-se dizer que o ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, foi o que alguns chamam de o Trump do Brasil, que seguiu os passos do ex-presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Ele foi contra as normas tradicionais da República brasileira no que diz respeito ao conflito israel-palestino e, inusitadamente, alinou-se estreitamente com os líderes do Estado de Israel.

Matéria publicada na revista *Veja*, *Brasil apoia plano de Trump para Israel e Palestina*, publicada em 29 janeiro 2020, afirma que o governo brasileiro apoiou o plano de paz do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para a região de Israel e da Palestina, apesar das muitas críticas recebidas pelo projeto de nações árabes. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores, afirmou:

O plano se afigura compatível com os princípios constitucionais que regem a atuação externa do Brasil, notadamente a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e a autodeterminação dos povos. O governo brasileiro exorta tanto israelenses quanto palestinos a considerar o plano com toda a seriedade e a iniciar negociações partindo das bases ali expostas (BRASIL..., 2020).

Acrescenta-se que o presidente da autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, ao lado de outros líderes de grupos palestinos, incluindo o grupo terrorista Hamas, prontamente se pronunciaram contra o texto, ao mesmo tempo em que manifestantes tomaram as ruas de Jerusalém, Faixa de Gaza e Cisjordânia para protestar contra o acordo.

Já aqui no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro provocou grande desconforto diplomático com os países árabes logo nos primeiros dias de seu governo, quando declarou sua intenção de transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, em um gesto de reconhecimento da cidade como capital do Estado judeu. Com exceção dos Estados Unidos, a comunidade internacional mantém suas representações diplomáticas em Tel Aviv para manter a neutralidade no conflito.

A embaixada brasileira só não foi transferida para Jerusalém devido à pressão feita por setores do agronegócio que, temendo represálias dos países árabes, conseguiram adiar a decisão do presidente. Porém, em dezembro de 2019, o Brasil inaugurou um escritório comercial na Cidade Santa (BRASIL..., 2020).



## **1.2 Presidente Lula é absolvido, e a questão palestina agora está nos arquivos do novo governo**

Lula foi a força política capaz de unificar lideranças de esquerda, centro e até setores de direita, preocupadas em livrar o país da antipolítica e do extremismo, confiantes de que o seu candidato tem a democracia nas veias e capacidade articuladora, concorde ou não com eventuais escolhas ou imposições das alianças.

Em sua página oficial do Twitter, Lula explicou que esta não é uma conquista dele, mas de todos. Em suas palavras:

Esta não é uma vitória minha, nem do PT, nem dos partidos que me apoiaram nessa campanha. É a vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora (LULA, 2022).

O ex-presidente brasileiro incomoda os Estados Unidos pela atuação no contexto político internacional. Ele foi um jogador forte nos acordos sobre o programa nuclear do Irã e no enfrentamento dos problemas de aquecimento global, além de ter presença em questões delicadas. Apoiou os palestinos na luta pelo estabelecimento de seu estado nas fronteiras de 1967. Político mais famoso do Brasil da era moderna, ele pessoalmente deu contribuições claras ao crescimento da esquerda na América Latina e na reorientação de sua bússola. E também à entrada do Brasil como grande competidor na economia internacional.

### **Considerações Finais**

A partir das leituras e pesquisas, compreende-se que o Brasil, com o governo Lula e o partido governista de esquerda, será mais rigoroso e responsável com o Oriente Médio. Esta foi a posição da primeira-dama, Rosângela, que se recusou a sugerir boas-vindas às autoridades iranianas, em apoio ao direito das mulheres violadas no Irã, e foi o conjunto

de medidas que o presidente brasileiro tomou, a partir de seu discurso no dia primeiro de janeiro de apoio à posição da direita palestina, enfatizando as constantes em prol da causa palestina ao estabelecer uma Palestina independente do Estado e garantir uma vida digna ao povo palestino, desde que o Brasil adote uma nova postura ao olhar para o cenário dos direitos humanos e da justiça social para os povos.

O Brasil também terá um papel importante na arena internacional por uma ampla gama de razões, sendo a locomotiva dos países da América do Sul. Esses países cuidam do Brasil e de sua posição política, pois é o mais antigo, mais forte e o mais importante, a assumir uma posição política de esquerda. Hoje, além do Brasil, há Chile, Argentina, Colômbia, Bolívia, Venezuela e Peru que são governados por ela. A esquerda, que tem uma posição de princípio sobre o imperialismo dos EUA e o sionismo global, liderada pelo Estado de Israel.

Podemos dizer também que o Brasil está hoje nas mãos dos democratas que preservam a pátria e olham o mundo não como unipolar, mas sim olham para os direitos dos povos coloniais como o povo palestino e os direitos das mulheres e das minorias. Em geral, estamos falando de apenas 25 dias de mandato do presidente em 1460. Certamente, há muitas surpresas e desafios positivos no cenário político internacional e na relação com o Oriente Médio, especificamente com a Palestina.

Os Estados Unidos da América nunca foram amigos dos latinos e tentam dominar alguns países como a Nicarágua e a Venezuela, mantendo seu bloqueio contínuo a Cuba durante décadas, sendo responsável pelo sufocamento da economia do país e sua pobreza.

O patrocinador oficial do estado de ocupação e apartheid sionista também atenta aos interesses de Israel. Não vamos esquecer de como o embaixador sionista no estado de ocupação, Danny Dayan, foi rejeitado pela ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores e apoiada por Lula, em 2015, por ele ser o chefe do Conselho de Assentamentos judeus na Cisjordânia e viver em terras ilegais, pois suas propriedades pertencem aos seus donos originais, e eles são os palestinos. Dilma sofreu processo de impeachment em 2016, após intensa campanha midiática, evangélica, jurídica e parlamentar pela interrupção de seu governo, para o qual fora reeleita com 54 milhões de votos. Como em outros países da América Latina, o resultado eleitoral foi contestado pela direita derrotada, dando início aos chamados golpes brancos que

afastaram governantes no Paraguai, Honduras, Brasil e Bolívia, por exemplo, e foram armados sem sucesso contra a Venezuela.

Os EUA estão presentes nesses processos, que manipulam e subvertem os interesses da opinião pública. Ao perder seus direitos políticos e candidatura às eleições de 2018, as pesquisas de opinião apontavam Lula em primeiro lugar na preferência do eleitorado brasileiro.

Não vamos esquecer de como foi a posição da administração dos Estados Unidos sobre o golpe contra o legítimo presidente eleito, Mohamed Morsi, a pretexto de respeitar a opinião da rua. E como eles lidaram com o presidente turco atualmente eleito, Recep Tayyip Erdogan, quando contrariados em seus interesses. Do mesmo modo, com a diferença geográfica, isolaram Dilma Rousseff e impediram que Lula corresse.

Agora o presidente Lula conseguiu e, como esperado, Bolsonaro violou todos os protocolos políticos aceitos, que colocaram o Brasil em um estado de turbulência, levaram recentemente à invasão do palácio principal em Brasília e ao ataque ao patrimônio e à história democrática da República.

No geral, como era de se esperar, o chanceler logo convocou o embaixador brasileiro em Israel, em um passo avançado para mudar a abordagem anterior adotada por Bolsonaro, e confirmar que a política de 2023 será definitivamente diferente de 2018, e que o povo brasileiro e o povo palestino são amigos e têm relações extensas desde o império.

O exército israelense havia assaltado a propriedade da Mesquita de Al-Aqsa e invadido as praças de Jerusalém, o relatório divulgado pelas Nações Unidas em 1929 prova que o direito a Jerusalém e à Mesquita de Al-Aqsa é para árabes e muçulmanos. No entanto, Israel sempre viola esse direito e as santidades de Jerusalém e do povo da cidade santa. No curso desse ataque, as autoridades brasileiras, por meio do porta-voz do novo governo do presidente Lula, apressaram-se em denunciar e condenar o que as forças do exército israelense haviam feito.

Lula não demorou muito para cumprir a promessa aos palestinos, ao tomar medidas diretas que devem sinalizar uma mudança na política de seu país em relação a Israel e à Palestina. "Nosso país permanecerá firme em seu apoio aos direitos dos palestinos e trabalhará pela restauração de uma Palestina livre e independente dentro das

fronteiras de 1967" (LULA, 2022). Com essas palavras, Lula reafirmou seu compromisso de princípio de apoiar a causa palestina durante sua cerimônia de posse em 1º de janeiro.

O apoio de Lula à causa palestina, desde que assumiu o poder, significa que "a causa palestina estará em primeiro plano no cenário político do Brasil, em particular, e da América Latina em geral. Voltar ao caminho de colocar a causa palestina aos olhos de lei internacional".

Tenório (2023, p.2) também afirmou que "o Brasil se tornou, desde este momento, um forte aliado da Palestina em sua luta pela libertação, reconhecimento e reivindicação de seus direitos nas Nações Unidas e nos fóruns internacionais". E conclui: "Israel perdeu muito com a volta de Lula, pois não tem mais apoiadores para seus ataques contra o povo palestino. A política externa brasileira não vai mais caminhar no sentido de votar contra os palestinos nos organismos internacionais".

A mudança radical na política brasileira em relação a Israel não se limitou apenas aos corredores dos prédios do governo brasileiro, mas também se espalhou pelos fóruns internacionais. O Brasil começou a votar em Israel e contra a Palestina desde o início da presidência de Bolsonaro em outubro de 2018, após 15 anos votando regularmente na Palestina. Com Bolsonaro, pela primeira vez desde o período da ditadura militar [1964-1985], isso mudou, e o Brasil passou a votar em Israel contra os palestinos.

No dia 5 de janeiro, a delegação brasileira condenou o assalto à Mesquita de Al-Aqsa pelo ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben Gvir, durante sessão do Conselho de Segurança da ONU. A delegação brasileira disse que a lei é "muito preocupante" e pode aumentar a violência na região.

O governo Lula também emitiu sua primeira declaração sobre as relações exteriores com a Palestina e a proteção dos santuários islâmicos na Palestina. Três dias após a posse de Lula como presidente, o Itamaraty emitiu nota expressando que tais ações constituíam uma violação dos compromissos de preocupação com a compreensão mútua, tolerância e paz. A declaração incluía: "O governo brasileiro exige respeito pelas santidades islâmicas em Jerusalém à luz das leis internacionais".

A declaração também enfatizou que "o Brasil renova seu compromisso de apoiar a Palestina e seu povo. Para isso, insta o governo brasileiro a tomar medidas que possam afetar a confiança necessária para a retomada do diálogo".

Pode-se dizer que a volta do atual presidente, Lula da Silva, é certamente um forte e solidário apoiador do povo palestino, e transfere a causa palestina para os modernos e importantes jornais do mundo, os conselhos das Nações Unidas, o Conselho de Segurança e tribunais internacionais em um esforço para apoiar a justiça do povo palestino.

## Referências

ABDEL HAI, W. **Relações de Israel com a América Latina**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jEeXHI>. Acesso em: 10 nov.2022.

“ACORDO do Século” de Trump para o Oriente Médio será finalmente revelado. **Exame**. 2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/acordo-do-seculo-de-trump-para-o-orientes-medio-sera-finalmente-revelado/>. Acesso em: 20 jan.2023.

APÓS ANÚNCIO de 'acordo do século', Casa Branca pede moderação a Israel. **O GLOBO**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-anuncio-de-acordo-do-seculo-casa-branca- pede-moderacao-israel-24219299>. Acesso em: 15 jan.2023.

ALZOUBI, Ahmad. Relações de Israel com a América Latina, breve balanço. **MEMO - Monitor do Oriente Médio**. 2021. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20210611-relacoes-de-israel-com-a-america-latina-breve-balanco/>. Acesso em: 10 nov.2022.

BRASIL apoia plano de Trump para Israel e Palestina. **Veja**. Publicado em: 29 jan.2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-apoia-plano-de-trump-para-israel-e-palestina/>. Acesso em: 15 jan.2023.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Despacho do secretário-geral das Relações Exteriores ao Memorandum DOP-I/01, de 5 jan. 1988, citado no Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores CJ/122, de 10 mar. 1988. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/3.05\\_Brasil-Palestina.pdf](http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/3.05_Brasil-Palestina.pdf). Acesso em: 10 nov.2022.

FÁVERO, G; PINHEIRO, L.F.V. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v.2, n. 3, 2016, pp. 65-91.

LULA. **Página oficial do representante do governo federal**. Twitter@lulaoficial. 30 out.2022. Disponível em: <https://twitter.com/lulaoficial/status/1586869537290461186>. Acesso em: 20 jan.2023.

MARTINS, Maria de Fátima M. Martins. **Estudos de Revisão de Literatura**. Arca.Fiocruz. 17 set. 2018. Disponível em:

[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29213/Estudos\\_revisao.pdf;jsessionid=81236F42B7CA6F7181825D553959983E?sequence=2](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29213/Estudos_revisao.pdf;jsessionid=81236F42B7CA6F7181825D553959983E?sequence=2). Acesso em: 5 jan.2023.

MASALHA, N. **Expulsão dos palestinos, a expulsão dos palestinos** – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista (1882-1948). São Paulo: MEMO, 2021.

ONU. **Assembleia geral da ONU**. Resolução 181. Resolucion aprobada sobre la base del informe de la comision ad hoc encargada de estudiar la cuestion de palestina. 181(ii). Futuro Gobierno de Palestina. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/resolution/gen/nr0/041/19/pdf/nr004119.pdf?openelement>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PONTES, Marina. A questão palestina no governo Lula da Silva: um engajamento ideológico? **Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo - USP**. 2020. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/2232-2967-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jan.2023.

RENATHO, C. *et al.* **Sem caminhos para Gaza**. São Paulo: MEMO, 2021.

MAZZOTTI, T. 2017, **Rhetoric, Science of Education**, Revista do Seminário de Lógica Discursiva, Teoria da Argumentação e Retórica 15 (1): 93-113.

KICI, E. 2023, **Especialista do Brasil: causa palestina estará na linha de frente da cena política brasileira**, Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20230120-brazil-expert-palestine-cause-will-be-at-the-frontline-of-brazils-political-scene/>.

SANTOS, N.B. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História** (São Paulo), v.3, n. 2, 2014, pp. 189-216.

TEIXEIRA, Izabela Vaz; CALANDRIN, Karina Stange. **Considerações sobre a relação Brasil-Israel na atualidade**: a ideologia em perspectiva. Economia Política, Política Internacional y Relaciones Internacionales. Congreso Internacional de la Asociación Mexicana de Ciencia Política (Amecip). 2019.

TELLES, Bárbara Caramuru. **“La tierra palestina es más cara que el oro”**: narrativas palestinas em disputa. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Paraná, 2017, 161 p.